

Análise sobre a Social-democracia *para* os fundadores do partido da social democracia brasileira (PSDB) – 1988-1994

Poméia Genaió

UERJ

Iniciaremos nosso trabalho com uma brevíssima abordagem sobre a Social-democracia, necessária para a contextualização do partido a ser analisado. Parte substantiva da bibliografia que se debruça sobre a história da social-democracia indica que, a variante ideológica e a espaço-temporal do movimento dificultam sua precisa definição enquanto proposta política. Isto porque não é possível citar um partido de tendência social democrata – como, por exemplo, o Partido Trabalhista Inglês ou o Partido Social-Democrático Alemão - sem considerar as especificidades internas de cada um, as diferenças entre as origens, suas bases de organização e também as variáveis externas que os assolam, como o Estado, a sociedade civil, o desempenho eleitoral, etc. (PRZEWORSKI, 1995 e FURTADO, 1996). Por um lado, há uma primeira tendência em que os especialistas defendem, grosso modo, que a social-democracia, atua para a transformação da sociedade, não mais como um ritmo acelerado, mas lento e gradual, atentos as oportunidades de avanço, sempre pautados na política institucional eleitoral, mas, ainda mantendo o objetivo de transformação da sociedade e não somente uma acomodação (REIS, 2012). Por outro, encontra-se uma segunda vertente cujos estudiosos, de um modo geral, assinalam que a social-democracia não foi homogênea ou unânime, enquanto movimento histórico, vivendo sempre em busca de sua própria identidade, que se configurou tanto no debate interno quanto no debate com o marxismo, até o definitivo abandono deste (CARRILLO, 1978, p. 94).

Porém, para os primeiros estudiosos acima indicados, partindo do clássico debate entre Eduard Bernstein e Karl Kautsky, em que muito resumidamente, entendia a social-democracia como um tipo de política socialista, na qual a democracia representativa eleitoral parlamentar seria fundamental, e que haveria limites conjunturais para o avanço nas transformações produtivas, que tinha em vista, melhoras

para a classe trabalhadora. Viam nas instituições democráticas liberais, um instrumento para a realização das políticas socialistas e o Estado não era visto como totalmente contrario ao trabalhador, pois poderia ser transformado com a ascensão de seus representantes ao poder. Essa percepção resultou no chamado reformismo gradual, que por sua vez, foi assimilado num contexto conflitante dos partidos social-democratas, divididos entre o considerado pragmatismo de Bernstein e o purismo de Kautsky.¹ Desse embate resultaram, os chamados revisionistas e os ortodoxos. Na prática da social-democracia houve o predomínio dos primeiros, mas os dois conviveram no interior dos partidos social-democratas.

Tudo leva a crer, que as observações referentes a social-democracia, por parte dos intelectuais políticos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira, advém de práticas similares à segunda tendência indicada, e contida no livro, *Capitalismo e Social-Democracia*, principalmente no capítulo “A social-democracia como fenômeno histórico”, do cientista político Adam Przeworski (1995). Neste trabalho, o autor aborda o início dos partidos social-democratas europeus e todo o seu processo de desenvolvimento, como a adesão às reformas, alianças, e políticas econômicas voltadas para nacionalização das indústrias. Segundo Przeworski, tais reformas seriam a sua única proposta como política de governo, o que levaria os social-democratas, quando eleitos, tivessem que adotar as políticas econômicas dos seus adversários (PRZEWORSKI, 1995). Até aí há um consenso entre estudiosos do assunto. Porém, alguns autores o criticam como o sociólogo Esping-Andersen. No seu entender, Przeworski teria uma visão de que esse processo chegaria a um ponto em que a social-democracia não mais poderia atender as demandas populares sem desequilibrar a economia e, desse modo, causaria sérias crises. Para esses autores, tal perspectiva seria uma diluição ideológica da social-democracia (REIS, 2012).

Nesse sentido, Przeworski alega que ocorreram alterações nos objetivos dos partidos social-democratas e que essas mudanças definiriam o seu novo caráter. Assim, restava para a social-democracia a aceitação da humanização do capitalismo, significando que as intenções do Estado fossem pautadas pela eficiência econômica. Nesse quadro, os partidos social-democratas teriam que prover soluções para amenizar

¹ Vale lembrar que Bernstein admitia alianças com outros partidos, o fato de não apresentar objetivos a longo prazo era confundido com a direita. Kautsky, por sua vez, recusava alianças. (REIS, 2012).

os males causados pelo sistema e não mais com a sua reforma. Resumindo: a definição corrente de social-democracia ficou limitada a moderação, a sua defesa e à adesão ao sistema capitalista e defesa e práticas de medidas neoliberais. Assim, o que observamos ao longo de nossos estudos, apesar de uma ausência de preocupação ou sistematização referente à social-democracia nas formulações e idéias pré e no exato instante de fundação do partido, a concepção apresentada por Adam Przeworski, foi a mais difundida e defendida por parte dos intelectuais peessedebistas.

Seja como for, ainda diante da crise interna do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em novembro de 1987, os governadores Moreira Franco (RJ), Miguel Arraes (PE), Orestes Quércia (SP), Pedro Simon (RS) e Newton Cardoso (MG), defenderam junto à direção do partido a tese da aprovação de um programa mínimo de governo, na convenção nacional do partido, antes da escolha do candidato para a presidência da República. As sugestões para esse programa mínimo foram elaboradas pelos governadores Moreira Franco, Miguel Arraes e Waldir Pires (BH), com a assessoria do cientista político Hélio Jaguaribe e do senador José Richa (PR). Esse trabalho foi entregue ao partido para discussão.² Na mesma ocasião, o então governador Moreira Franco promoveu juntamente com o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Ipes), o Seminário Internacional sobre a Social Democracia no Rio de Janeiro, entre os dias 24 a 27 de novembro de 1987, com o objetivo de discutir esse modelo como uma alternativa para o partido.

É relevante citar este seminário porque, no âmbito do PMDB, constituiu o primeiro debate que ocorreu referente à social democracia. Segundo Hélio Jaguaribe, um dos principais idealizadores do seminário, diante da situação política, econômica e social em que se encontrava o país, havia um terreno fértil para a adoção de um modelo baseado na social-democracia. Deixou claro seu incentivo para que os políticos considerados por ele como social-democratas, Moreira Franco, Waldir Pires e Mário Covas, fossem exitosos na introdução dessa “ideologia no PMDB.” Pois, afirmou o cientista político: “a história é implacável com os retardatários e se o PMDB não acordar logo para essa realidade, outros partidos acabarão ocupando o espaço”

² Consistia em: “assegurara a abundância da oferta de alimentos; garantir o pleno emprego rural e urbano; elevar a educação popular e a remuneração do trabalho; e proporcionar mais e melhores serviços nos setores de alimentos e transporte, saneamento e saúde, previdência e assistência sociais”.

(JAGUARIBE, entrevista ao jornal *O Globo*, em 25/11/1987).

O Seminário contou com a participação de políticos e intelectuais de atuação nacional e internacional.³ Seus resultados foram divulgados em um livro organizado por Hélio Jaguaribe e publicado em 1989 com o título *A proposta social-democrata: a social-democracia na atualidade europeia, hispano-americana e brasileira*.⁴

As considerações expressas no seminário são praticamente as mesmas apresentadas pelos futuros fundadores do PSDB, propostos em outros artigos ou discursos, principalmente as de Hélio Jaguaribe e Fernando Henrique Cardoso. Este último, em sua exposição, defendeu que o PMDB promovesse uma virada em direção aos princípios da social democracia: “Existem condições efetivas para a implantação de uma proposta política desse tipo no Brasil, mas isto implica numa decisão nesse sentido, além de mudanças ideológicas e de posição. Se o PMDB não entender isso, não compreenderá o momento histórico e aí perde o bonde”.⁵

O Senador enfatizou a importância da política social, voltada para o campo, visto que: “a massa, o povão, não se sensibiliza mais com problemas de democracia.” Sobre as dificuldades de se implantar tal política, criticou os setores de esquerdas dentro e fora do seu partido, afirmando que elas não eram capazes de perceber a diferença fundamental entre social-democracia e populismo.

O populismo só pensa em distribuir, mas o social-democrata está preocupado também com a formação de riquezas e, dentro desse

³ As exposições foram feitas em português, inglês, francês e espanhol e contou com tradução simultânea. Participantes do primeiro dia, sobre A Social-democracia nas presentes condições da Europa: abertura feita por Hélio Jaguaribe; Régis Debray, Ricardo Campa, Dominique Strauss-Kahn, Anna Hedborg, Freimut Duve, Ramón Vargas Machuca e Horst Heimann. Segundo dia, A Social-democracia nas presentes condições da América Latina: Jorge Sábato, Cesar Verduga, Ernesto Samper e Cesar Villegas, Julio Cotler, Torcuato S. Di Tella. Terceiro dia, A Social-democracia nas presentes condições do Brasil: Waldir Pires, Wanderley Guilherme dos Santos, Saturnino Braga, Francisco Weffort, Winston Fretsch, Fernando Henrique Cardoso. O encerramento foi feito por Moreira Franco.

⁴ No último dia do seminário, apreciado através do que foi publicado na terceira parte do livro, “a social-democracia nas condições do Brasil”, as discussões propriamente sobre a social-democracia, com exceção exposições dos intelectuais presentes, perderam-se nas intervenções dos governadores Moreira Franco e Waldir Pires que discursou mais sobre a miséria e dificuldade do nordeste.

⁵ Em decorrência de falha técnica no sistema de gravação das exposições, ficou faltando a conferência do senador Fernando Henrique Cardoso na publicação do livro organizado por Jaguaribe, *A proposta social-democrata*. Parte do que estamos citando são encontradas em reportagens da época. O *Jornal do Brasil*, no dia 28 de novembro, reproduziu algumas partes da conferência de Fernando Henrique Cardoso.

processo, em sua distribuição. A esquerda confunde porem, certas posturas racionais frente ao problema do distributivismo com posição reacionária e acaba prestando serviços exclusivamente ao populismo (CARDOSO, entrevista ao *Jornal do Brasil*, 28/11/1987).

A partir daí, dois pontos passaram a ser constantes nos discursos e publicações dos futuros peessedebistas, principalmente os considerados mais à esquerda do espectro político: a busca por posicionar numa “nova esquerda” e a obstinação contra o populismo. Essa “nova esquerda” seria defendida com base nas características da social-democracia européia das décadas de 1980 e 1990.

A definição de social-democracia aparece em alguns textos preparados pelo grupo fundador do PSDB, bem como o seu entendimento da relação entre social-democracia e neoliberalismo. Nesse sentido, foram produzidos alguns trabalhos para a divulgação interna do partido, como o artigo “Social democracia: o que é, o que propõe para o Brasil” de Fernando Henrique Cardoso. A partir do ano de 1990, o PSDB, por meio do Instituto Teotônio Vilela, investiu em vários títulos referentes ao pensamento e atuação da social-democracia.

O primeiro foi o livro organizado por Maurício Dias David, *Social democracia hoje*, que abre a série *Cadernos da social democracia*,⁶ que entre outros colaboradores contou com Mário Covas, José Serra, Franco Montoro, Euclides Scalco e intelectuais como Guillermo O’Donnell, Norberto Bobbio, entre outros. Vamos ressaltar aqui, os trabalhos mais relevantes para o entendimento do partido.

O artigo de Fernando Henrique Cardoso, “Perspectivas da social-democracia na América Latina (vista do ângulo do Brasil)”,⁷ escrito após a definição do nome do

⁶ Cujo conselho editorial era integrado pelos principais fundadores do partido, entre outros, como: Arthur da Távola, Edmar Bacha, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Luis Carlos Bresser Pereira, Moema São Thiago, Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe, João Paulo de Almeida Magalhães, Maurício Dias David, Reginaldo Gonçalves e Yoshiaki Nakano.

⁷ Esse artigo também foi publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 28, outubro de 1990, com o título “Desafios da social-democracia na América Latina”.

partido, constituiu o primeiro trabalho mais teórico, acerca da social-democracia.⁸ O autor faz um apanhado da história da definição de social-democracia para centrar-se no contexto latino americano da década de 1980. Ressalta que a social-democracia surgiu na região, num contexto ideológico onde foi assediada pelo neo-liberalismo, aparentemente triunfante e corroído pelo que restou da crítica à falência do chamado socialismo real.

O autor ressalta que, além dessa batalha ideológica, que seria mais simples de se resolver, a social-democracia na América Latina teria de “ajustar contas com uma tradição política que lhe é desfavorável e com emergência de uma prática democrática nova que, frequentemente, confunde com o êxito do liberalismo,” além de ocorrer num contexto de estagnação econômica. Outro desafio, e que no Brasil se tornaria bandeira do PSDB foi combater a tradição nacional-populista.

A característica histórica dos países latinos americanos, destaca Cardoso, foi a passagem de suas economias agrárias-exportadoras para a economia urbana industrial, que ocorreu através de uma política nacional-populista, “ao invés de ocorrer por intermédio de explosões, revoltas ou fortalecimento de partidos representativos dos novos interesses, com autonomia relativa frente aos representantes” do modelo anterior.⁹ A ordem tradicional foi rompida por esse modelo. Após a Grande Depressão de 1929, o Estado passou a ser o agente central para o desenvolvimento da economia e uma possível política de distribuição de renda. Foi a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), segundo o autor, que deu o aval teórico ao nacionalismo-populista e ao pensamento revolucionário.

Na Europa, a social-democracia, a partir de certo momento, aceitou o desafio do sufrágio universal como instrumento para se ascender ao poder. “Acreditou que reorientando o estado e o gasto público (...) poderiam gerir uma economia de mercado sem querer substituí-la por outra baseada na apropriação coletiva dos meios de

⁸ O trabalho “Social democracia: o que é, o que propõe para o Brasil”, publicado em março de 1990, tinha o intuito de divulgar e debater suas propostas, tanto para o PSDB, quanto, no dizer de Cardoso, para “todos os partidos empenhados em transformar a sociedade brasileira pela via democrática.” Esse texto foi destacado na seção A formação do Partido da Social Democracia Brasileira.

⁹ Revoltas foi o que não faltou na América Latina, o que comprovou a força dos aliados ao *status quo*, mas isso é outro assunto.

produção.” Já os “proto social-democratas” latino americanos desdenharam as chances, talvez por serem remotas, “de apoderar-se do Estado pela via dos partidos ‘dos trabalhadores’, para acomodarem-se nas frentes progressistas,” que, proposta pelos comunistas, estavam mais interessados no crescimento do PNB e na formação de uma base produtiva autônoma-nacional, do que em políticas redistributivas e no controle do Estado. (CARDOSO, 1990, p. 15).

Cardoso ressalta que esse é “o pecado original do progressismo latino americano, que acabou construindo um pensamento estatizante do que democratizante, muito mais corporativo e distribucionista” – no sentido de apoiar as demandas dos segmentos organizados da sociedade, mais do que ao povo em geral. E que se acreditava na “capacidade do estado de distribuir renda, do que na generalização do bem estar graças à racionalidade econômica que levaria à discussão sobre a otimização dos investimentos, o progresso tecnológico e a competitividade.” (CARDOSO, 1990, p. 16).

Desse modo, segundo o sociólogo, o pensamento progressista assumiu teses que, em princípio, seriam da burguesia e saiu em defesa do Estado como instância capaz de preservar o bem comum, despreocupando-se do bem estar quanto aos avanços no controle democrático das decisões e da gestão.

Mas a crise do modelo populista e desenvolvimentista do crescimento econômico iniciou-se em meados da década de 1960, e continuou ao longo da década de 1970. A América Latina enfrentou também desafios que a internacionalização da economia colocava nas crenças sobre o nacionalismo autonomista que o progressismo havia, de certa forma, difundido na região. A tentativa de ajustes das economias à internacionalização da produção levou ao crescimento da dívida externa na década de 1980, fenômeno que se tornou o grande problema da região.

Segundo Cardoso (1990), quaisquer que tenham sido “os êxitos relativos” da industrialização e (ou) da integração ao mercado mundial, o que sobressaiu foi o peso da dívida externa sobre economias que precisavam acumular para expandir-se e que se tornaram exportadoras líquidas de capital, ao invés de receber recursos externos para investimento e para financiamento de sua expansão. Acrescenta que, internamente, levou ao agravamento das condições sociais e econômicas.

Ao longo desse panorama, houve o endurecimento das práticas repressivas do Estado, seja pela luta política, através da guerrilha ou repressão, ou pelo espraio

do autoritarismo que cerceou as organizações populares. E, foi a partir desse quadro que “deu-se a ruptura entre o Estado que passou a ser o ‘*mouvais coté*’ e a ‘sociedade civil’ que se tornou ‘*bon coté*’ do maniqueísmo ideológico”. Assim, segundo Fernando Henrique Cardoso, na América Latina, o Estado passou de mocinho, do início da história do desenvolvimento, para o vilão e isso como consequência do próprio estilo de desenvolvimento econômico que havia prevalecido.

Nos países em que ocorreram ditaduras militares, a temática dos direitos humanos e da democracia, acirraram a crítica ao Estado opressor. Mas até mesmo nos países que não passaram por ditaduras, o anti-estatismo cresceu, devido à “avassaladora onda liberal no plano mundial.” (CARDOSO, 1990, p. 18).

A partir desse amplo contexto, Cardoso analisa o papel da social-democracia. Indica que a crítica ao estilo de desenvolvimento que prevaleceu na América Latina, tanto referente ao econômico (privatismo x estatismo) quanto político (direitos humanos x repressão estatal) e social (distribuição de renda), deu-se em condições diversas da crítica socialista ao capitalismo, na Europa. Lá, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para se chegar ao governo ocorreu juntamente com a valorização da democracia. Tal escolha foi influenciada pela crítica que os teóricos da social-democracia fizeram ao burocratismo das economias planificadas (de partido único) e ao autoritarismo que o controle do Estado por um partido único mono-classista provocaria. (CARDOSO, 1990, p. 22).

Na valorização do pluralismo partidário, que transformou os partidos social-democráticos em poli-classistas, com vistas à maioria eleitoral, “ocorreu a coincidência na trajetória da social-democracia europeia com a latino-americana.” Mas essa seria a única coincidência. Pois, na América Latina o alvo da nova onda libertária seria o Estado-repressor e mau patrão, enquanto que na Europa era o patrão-capitalista. Nesse sentido, aqui, o mercado e a livre iniciativa, como o empresariado, a burguesia, “ficaram ao abrigo da contundência dos que lutam por mais democracia e até mesmo por melhores condições sociais de existência.” (CARDOSO, 1990, p. 23).

Cardoso salienta que, as perspectivas da social-democracia só ficariam nítidas se fossem situadas no quadro onde ocorre a luta político-doutrinária. Deve-se reconhecer que a tradição social-democrática baseou sua força na crítica às desigualdades provocadas pelo mercado – “pela livre exploração da força de trabalho e pela

acumulação de capitais” –, que deveriam ser corrigidas pelas políticas sociais e fiscais, mas esbarrou com a onda do neoliberalismo triunfante. Desse modo, não basta reafirmar valores sem criticar o que se considerou o “progressismo” latino americano e

Para que se possa repor o papel do Estado e substituir a tese liberal do ‘estado mínimo’ pela do ‘estado socialmente necessário’, é preciso criticar o ‘estado como realmente ele é’ e, deste ângulo, aceitar algumas críticas do liberalismo e mostrar, ao mesmo tempo, suas limitações e distorções. De igual modo, para defender o ponto de vista dos trabalhadores e dos assalariados é preciso dois cuidados iniciais: restringir o corporativismo e não descuidar da produção (da eficiência, da produtividade, da necessária ligação entre distribuição e produção). (CARDOSO, 1990, p. 24).

Assim, na sua visão, esse seria uma preocupação que distingue a social-democracia, nas condições de latino-americanas, da europeia e se distingue também do populismo pré-existente. Na América Latina, as grandes desigualdades existentes não só entre ricos e pobres, mas também entre os setores organizados das “classes trabalhadora e das classes médias” e os não organizados, as pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* das conquistas sociais. Portanto, a social-democracia latino-americana teria a difícil tarefa de

distinguir-se do populismo-corporativista, em nome da universalização das vantagens sociais, sem se transformar em obstáculo para avanços efetivos que alguns setores podem e devem obter. [...] A social-democracia há de se opor à direita liberal e aos populistas com distintos argumentos, mas com igual firmeza. (CARDOSO, 1990, p. 28).

Desse modo, seria a postura de crítica ao desenvolvimentismo, mas de responsabilidade frente às necessidades de acumulação e de crescimento econômico, acrescenta o autor, “e, sobretudo de ser uma força moral e coercitiva em favor da redistribuição de renda e das políticas de bem-estar social” que distinguiria a social-democracia latino americana, tanto do populismo, como do nacional-estatismo e do liberalismo. Conseqüentemente, diante do exposto, a social-democracia, nessa primeira proposta de Fernando Henrique Cardoso, teria de ser capaz de “juntar a prosperidade com a distribuição de renda.” (CARDOSO, 1990).

Porém, apesar de Cardoso enfatizar que a social-democracia latino-americana deveria se resguardar e se diferenciar do liberalismo renovado, as soluções apresentadas

para resolver o problema da desigualdade econômica e social, nos primeiros documentos do partido, são medidas de caráter assistencialista, típicas do neoliberalismo que transferiram o problema das desigualdades, citando Filgueiras, transferiram “do âmbito da relação entre capital e o trabalho – característica essencial da sociedade capitalista – para o âmbito exclusivo (interno) da classe trabalhadora e suas diferenças.” (FILGUEIRAS, 2007, p. 143). Essa afirmação do economista Luiz Filgueiras refere-se ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, mas, do nosso ponto de vista, é perfeitamente cabível ao primeiro governos de Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, no entender do cientista político Hélio Jaguaribe, a social democracia apresentada no artigo “A social-democracia e as condições da América Latina e do Brasil”, representa um processo de idéias e experiências que conduziu a um modelo de organização de sociedade que “combina os ideais socialistas de igualdade e justiça sociais com a preservação e o aprofundamento das liberdades democráticas, dentro de condições que mantêm uma economia de mercado e asseguram o dinamismo e a agilidade de empresa privada”. Desse modo, a expressão “economia de mercado socialmente regulada” é uma descrição sintética desse modelo. (JAGUARIBE, 1990, p. 49).¹⁰

Para Jaguaribe, o modelo e a proposta social-democratas são viáveis e convenientes para os países latinos americanos com determinado nível de industrialização.¹¹ No seu entender, nesses países não seria mais possível a preservação de uma restrita democracia liberal de classe média, mas sim, deveria ser extensivas às massas. O modelo proporcionaria uma forma adequada de compatibilizar a ativa promoção do desenvolvimento social com a dinamização do desenvolvimento econômico. “Uma economia de mercado, submetida a uma série programação social, que acelere a incorporação das grandes massas a nível superiores de vida, de capacitação e de participação.” (JAGUARIBE, 1990, p. 54).

No caso do Brasil, para Hélio Jaguaribe, não havia condições objetivas para a implantação do modelo social-democrático, em virtude do apego “à estrutura

¹⁰ Esse artigo é semelhante ao apresentado no Seminário Internacional sobre a Social-democracia, e publicado no livro *A proposta social-democrata: a social-democracia na atualidade europeia, hispano-americana e brasileira*.

¹¹ Para países com adiantada semi-industrialização, como a Colômbia, Chile e Venezuela; e nos de industrialização diversificada, como no caso do Brasil, México e Argentina.

profundamente dualista da sociedade,” por motivos que se relacionam com o passado remoto (escravidão) e próximo (tecnologia intensiva de capital) do processo produtivo do país. A moderna sociedade industrial que se formou ao longo dos últimos trinta anos (em 1990), não absorveu o que o autor denominou de “grandes massas”. Salienta que foi diante das crescentes pressões dessas “massas”, mais prementes no governo Goulart, que as classes médias “acionaram sua vanguarda militar, interromperam o processo democrático, pra salvaguardar seus interesses.” (JAGUARIBE, 1990, p. 57).

Vale lembrar que, nessa breve apreciação, em nenhum momento o autor refere-se às frações de classe dominante, principais mentoras do Golpe de 1964. Ressalta que, no período da ditadura militar, houve aceleração no processo de industrialização e o país chegou à oitava potencia industrial do mundo ocidental. Também nesse ponto, não explica a que custo isso ocorreu, não cita a ampliação do arrocho salarial e o endividamento externo.

Somente destaca que a inviabilidade do governo militar, ocorreu devido a industrialização, a urbanização, a geração de acesso aos meios de comunicação de massas. Esses fatores, para Jaguaribe, mostraram a inviabilidade de se restaurar a restrita “democracia de classe média”, característica do período precedente. E que “o país exigia uma democracia e esta só poderia ser uma democracia social de massas.” (JAGUARIBE, 1990, p. 58). Mais uma vez aparece a transferência, para o âmbito exclusivo da classe trabalhadora e suas diferenças, sem considerar o conflito entre capital e trabalho.

Na abordagem do economista e então presidente da Fundação Teotônio Vilela, Maurício Dias David, no artigo “Alternativas de desenvolvimento: a perspectiva social democrata”, ressalta que o país naquele momento (ano de 1990) estava vivendo uma disputa entre as “duas forças matrizes do desenvolvimento contemporâneo”, duas grandes alternativas que se defrontavam no plano da organização das economias e das sociedades: o neoliberalismo e a social-democracia. O país, sob o escombros da “velha ordem patrimonial”, que sucumbiu ante sua própria incompatibilidade de apresentar soluções aos problemas nacionais, seria desenhado o alicerces da estrutura social que o país teria que enfrentar o novo século. Salienta que, para muitos, como ele, que viveram no exílio, descobriram a social-democracia como um modelo alternativo à via neoliberal da economia de mercado, como a “sua proposta de sociedade predatória e assentada na

desigualdade, quanto à asfixia das sociedades de planejamento centralizado com suas realidades de ineficiência econômica e esclerose social e econômica” (DAVID, 1990, p. 74).

Para o autor, a social-democracia, entendida como um sistema econômico de mercado socialmente regulado, não seria um modelo pronto e acabado, mas uma “concepção solidária de uma sociedade marcada pela procura da eliminação das desigualdades combinada com o máximo de liberdade”. E que, ser social democrata no Brasil, seria “aceitar que sem derrotar a miséria não há desenvolvimento possível,” e a própria existência da democracia política ficaria ameaçada se fosse assentada sobre a desigualdade flagrante da sociedade brasileira. (DAVID, 1990, p. 74).

Por outro lado, o que poderia contrapor esse ideal de sociedade seria o neoliberalismo, “ancorado na proposta de um desenvolvimento econômico e social desigual que recompensa alguns poucos pelos seus méritos e condena muitos à exclusão dos benefícios do desenvolvimento” (DAVID, 1990, p. 75). Acrescenta que a lógica do neoliberalismo é a concentração de renda. E que, as projeções futuras da via neoliberal são um quadro de exacerbação das contradições sociais que sufoca o país.

Outro tópico interessante dessa coleção é o “A identidade social-democrática do PSDB”, considerados pelos cientistas políticos Hélio Jaguaribe, Guillermo O’Donnel, Fernando Henrique Cardoso e pelo político Franco Montoro.¹² Nessas abordagens, referente à identidade social-democrática do partido, as considerações de Franco Montoro mostram-se mais pragmáticas. Argumenta que a “expressão social-democrata” tem dois significados. O primeiro significado, num sentido genérico, uma “orientação política democrática, de caráter social, em contraposição ao liberalismo e ao socialismo”. Num segundo sentido, mais restrito, seria o movimento de partidos europeus de origens marxistas, com base sindical que “evoluíram para uma posição de reforma voltada para a chamada economia social de mercado”. (JAGUARIBE, *et al*, 1990).

A partir dessas definições, Montoro indica que o PSDB se enquadra no sentido genérico, pois o partido, por possuir características próprias, devido à realidade

¹² Naquela época, o cientista político Hélio Jaguaribe era membro Executiva Nacional do PSDB; Guillermo O’Donnel era pesquisador do Cebrap; Fernando Henrique Cardosos era líder do PSDB no Senado; e, Franco Montoro era presidente nacional do PSDB.

brasileira como a defesa do regime democrático com um sistema parlamentar de governo, promoveu um projeto nacional de desenvolvimento da democracia social, participativa e pluralista. Outro fator para o partido se enquadrar no sentido genérico seria a sua pluralidade interna, pois, sua fundação contou, além dos líderes social-democráticos, contou também com democratas-cristãos, trabalhistas e outros líderes progressistas.¹³ E, destaca que isso constitui, “Num movimento que representa a continuidade histórica do Movimento Democrático Brasileiro”. (JAGUARIBE, *et al*, 1990, p. 107).

No final de suas considerações, o autor ressalta a presença de militantes do pensamento social cristão, que naquele momento, segundo o autor, estavam na linha do manifesto da União Mundial das Democracias Cristãs, como representante dessa linha, enaltece os seus objetivos, salienta que sua luta era “por uma sociedade fundada na dignidade da pessoa humana, e, por isso, pluralista comunitária e participativa”. (JAGUARIBE, *et al*, 1990, p. 107). Para a realização de tais objetivos, seria necessário a união de outras forças, culturais, políticas e sociais.¹⁴

O cientista político Guillermo O’Donnel, não fez referência a identidade social-democrática do partido. Indica que o PSDB seria um típico partido de centro e que essa afirmação poderia desagradar alguns membros do partido. Pois, ressalta que a sua plataforma eleitoral, os temas que levantaram durante a campanha - referindo-se a presidencial de 1989-, e o estilo político de seus principais líderes seriam arquetipicamente centristas. Salienta importância - ou vantagem - de ser de centro, porque, possibilitaria fazer alianças tanto à direita quanto à esquerda. (JAGUARIBE, *et al*, 1990).

Para Hélio Jaguaribe, o PSDB se propõe aplicar, nas condições brasileiras, os princípios da social-democracia. Destaca que a social-democracia é a síntese teórica e histórica que superou as limitações de capitalismo do século XIX, e os “aspectos inaceitáveis do socialismo”. Acrescenta que a essência do modelo social-democrático “consiste na preservação de uma economia de mercado, com todo o dinamismo e a

¹³ Os principais líderes seriam Fernando Henrique Cardosos, social-democrata; José Richa, democrata-cristão; Moema Santiago, trabalhista; e, Afonso Arinos como um progressista.

¹⁴ Segundo Bresser Pereira, em entrevista à revista *Valor Econômico*, “Montoro não queria o nome de social-democracia para o partido, porque tinha origem na democracia cristã, que a vida inteira tinha lutado contra os social-democratas na Inglaterra, na Alemanha e na Itália”. Abril de 2011.

criatividade da iniciativa privada, submetendo-a, através de um Estado democrático, a um controle social.” (JAGUARIBE, *et al*, 1990, p. 104).

Ressalta, ainda, que a social-democracia é a grande síntese contemporânea, a síntese entre a economia de mercado – com o dinamismo e a flexibilidade da livre iniciativa - e os objetivos de justiça social do socialismo – “com a proteção dos setores mais débeis da sociedade e a garantia de um decente padrão mínimo de vida para todos os cidadãos.” E, seria essa grande síntese que o PSDB se proporia a realizar, com um grande programa de reformas e de modernização. Destaca que um país subdesenvolvido necessita de maior atuação do setor público do que países dotados de sociedades civis. Nesse sentido, a proposta do PSDB seria de colocar o Estado sob o controle da sociedade civil, através de suas agências representativas e de legítimos processos da ação pública. Propõe restabelecer a seriedade, solvência, eficiência e representatividade do Estado, para que ele possa cumprir sua “relevantíssima função social. E deixar à livre iniciativa a principal responsabilidade pela criação da riqueza.” (JAGUARIBE, *et al*, 1990, p. 106).

Fernando Henrique Cardoso, na sua argumentação, ficou mais detido na questão da eleição presidencial que havia ocorrido alguns meses antes. Dado o resultado da eleição e os debates acerca das possíveis alianças para o segundo turno, em um tom meio aborrecido, ressaltou que as três importantes legendas, com o PSDB, o PDT e, “queira ou não”, o PT - como indicou o autor, em uma rara referencia ao partido -, sendo assumidos ou envergonhadamente social-democratas, esses partidos sofreram “uma crise de modernidade”, alguns membros sofreram uma recaída de arcaísmo, tornaram-se baluartes do arcaísmo pensando que são “progressistas”. Critica a atuação desses partidos, que segundo ele, ficaram perdidos diante da enorme crise do socialismo contemporâneo, sem saber qual posição tomar referente ao papel do Estado na economia, sobre a globalização política, entre outros.

No caso do PSDB, salienta a necessidade do partido definir, claramente, “o que é ser hoje e no Brasil social-democrata, sem ser petista enrustido nem liberal envergonhado,” e que, o partido até poderia ganhar eleições, mas não iria contribuir para os rumos mais consistentes à política brasileira. (JAGUARIBE, *et al*, 1990, p. 113).

Esses argumentos aborrecidos de Cardoso ocorreram devido ao fato do PSDB ter ficado dividido na definição do apoio a ser dado no segundo turno da eleição

presidencial de 1989.

Outro que também procurou refletir sobre a social-democracia foi o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, em seu artigo “Crise e renovação da esquerda na América Latina”, parte do pressuposto que havia uma crise nesse grupo. Ampliando sua análise para a América Latina, de um modo geral, indica que foi também a crise do populismo e do nacional-desenvolvimentismo. (PEREIRA, 1990).¹⁵

Pereira observa que o protecionismo intervencionista da América Latina foi bem sucedido em estabelecer as bases da industrialização. Entretanto esgotou-se nos anos de 1960, apesar da sobrevida nos anos 1970, devido ao endividamento externo, e, nos anos 1980, a estagnação da renda por habitante e as altas taxas de inflação, demonstraram o fracasso definitivo desse modelo. Porém, isso significou uma crise nas estratégias das esquerdas que se viam sem um projeto claro de desenvolvimento. A estratégia do Estado de bem-estar nos países de primeiro mundo, a de mobilização industrial dos países comunistas, e a de protecionismo do terceiro mundo haviam-se esgotado. (PEREIRA, 1990, p. 37). Desse modo, seria imperioso definir a esquerda: ela deveria se renovar para voltar a assumir o papel histórico transformador que faz parte de sua própria definição. Assim, Bresser Pereira salienta que “o essencial no conceito da esquerda é a prioridade da justiça sobre a ordem, é a disposição de arriscar, até um certo ponto, a ordem em nome da justiça.” (PEREIRA, 1990).

Além disso, no entender do economista, a sociedade tende sempre a se transformar e a se aperfeiçoar. O mercado não é capaz de regular automaticamente a economia e a sociedade, sendo necessário um certo grau de intervenção do Estado:

ter no horizonte, ainda que utopicamente, o socialismo como um objetivo a ser alcançado, socialismo entre tanto que não se confunde com a eliminação da propriedade privada e muito menos com o estatismo, mas com um grau de democracia e de igualdade social muito superior ao existente hoje no capitalismo. (PEREIRA,

¹⁵ No artigo o autor analisa a crise que ele chamou de as três esquerdas. Diz que mantiveram estratégias de desenvolvimento dominante entre os anos de 1930 e os anos de 1960. São elas: na União Soviética, a partir de 1917, a esquerda comunista; nos países capitalistas desenvolvidos era a esquerda social-democrática e a esquerda keynesiana do Estado de Bem-estar; e, nos países subdesenvolvidos em fase inicial de industrialização, a esquerda intervencionista e protecionista, nacional-desenvolvimentista, que estabeleceu as estratégias básicas de desenvolvimento. Para o autor essas esquerdas estavam marcadas por um forte componente social tecnocrático. Elas haviam substituído a direita na definição de estratégias econômicas sociais, Mas, na década de 1970, seus modelos adotados para o desenvolvimento havia se “esgotado em todo o mundo”.

1990, p. 38).

Para alcançar tais objetivos e superar sua crise a esquerda precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento. Pois as velhas táticas estavam superadas. Apesar de exitosas no passado, agora,

o nacionalismo, o desenvolvimentismo, o protecionismo, a prioridade ao mercado interno, a poupança forçada realizada pelo Estado e sua aplicação seja na constituição de empresas estatais seja no subsídio às empresas privadas eram pontos básicos da política econômica da esquerda, mas favoreciam fundamentalmente a acumulação privada. (PEREIRA, 1990, p. 40).

E, isso explicava o porquê que essa estratégia, nos anos 1960, deixou de ser de esquerda para ser a estratégia de desenvolvimento nacional da direita latino americana. O autor destaca que os governos autoritários foram indícios da crise desse modelo. Representaram uma tentativa de prolongar o modelo de industrialização nacional-desenvolvimentista com exclusão radical da esquerda e dos trabalhadores que “no período populista tinham alguma voz.” (PEREIRA, 1990, p. 40).

Bresser Pereira ressalta que a esquerda latino-americana, nos anos 1970, estava em plena crise, porque tanto o seu diagnóstico quanto a sua estratégia de desenvolvimento haviam perdido a validade. A esquerda, por estar envolvida com o projeto legítimo de redemocratização, não percebeu que a direita estava em crise. Não se deu conta de que o “velho diagnóstico” perdera sentido, já que a América Latina não se situava mais na transição para o capitalismo, havia se tornado plenamente capitalista.

A indústria amadureceu, apesar de pouco competitiva internacionalmente, devido as dimensões insuficientes do mercado nacional, desestímulo em incorporar progresso técnico e aumentar a produtividade, tudo isso provocado por um mercado interno excessivamente protegido. Diante desse quadro, seria necessário direcionar as economias latino-americanas para as exportações e para a competitividade internacional. E, “se o Estado fora o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital, agora seria preciso transferir essas funções para o setor privado.” (PEREIRA, 1990, p. 42). Desse modo, para Bresser Pereira, num primeiro estágio de industrialização, o modelo de substituição de importação e a forte intervenção do Estado foram necessários. Porém, num segundo momento, devia-se adotar uma estratégia

orientada para o mercado, voltada mais para a eficiência na utilização dos recursos do que para a sua mobilização.

Contudo, o que ocorreu, devido ao endividamento externo, foi o adiamento da mudança de estratégias de desenvolvimento e adoção de medidas de ajuste fiscal pelos regimes autoritários. O Estado tornara-se, ao mesmo tempo, excessivamente grande e vítima de crise fiscal, terminando um ciclo de crescimento.

Os argumentos apresentados por Bresser Pereira, até aqui, buscavam definir o que seria uma “esquerda arcaica”, a que continuasse defendendo as idéias nacionalistas e estatizantes. E, através dessa definição, buscava justificar a necessidade de mudanças de estratégias da esquerda, necessárias para tornar-se uma nova esquerda. Para se diferenciar da considerada “esquerda arcaica”, sempre citada pelos fundadores do PSDB, os peessedebistas autodenominaram-se de “nova esquerda”.

Destacava que a direita, que havia adotado a estratégia nacional desenvolvimentista, compreendeu mais depressa a necessidade de mudança, pois, para ela, era mais fácil devido ao fato de verem a crítica à intervenção do Estado como algo natural. Por outro, essa direita não compreendeu que a intervenção possuía caráter cíclico, tendendo a reduzir a sua intensidade e mudar a cada ciclo, partiu para a defesa do estado mínimo, repetindo a retórica da direita internacional. Nas palavras de Bresser Pereira, “a retórica do neoliberalismo, que sabemos vazia, porque não representa uma alternativa real ao Estado de bem-estar que a esquerda social-democrata constituiu nos países desenvolvidos.” (PEREIRA, 1990, p. 43).

A nosso ver, o desenvolvimento dessa “direita”, independente do seu vínculo produtivo, foi imensamente favorecida pelo Estado. Várias frações da classe dominante foram beneficiadas por esse modelo de desenvolvimento, de nosso ponto de vista, o que ocorreu nesse momento, dada a crise econômica apresentada, foi um rearranjo das frações de classe dominante.

Referente a defesa da “nova esquerda”, o autor ressalta que ela já havia surgido nos países centrais desde a década de 1970.¹⁶ Em meados da década de 1980, diante da falência do comunismo e pela comprovação de que a eliminação da propriedade privada

¹⁶ Seus indícios foram, de um lado, as distorções do estatismo comunistas e a redução do pensamento de Marx a uma ortodoxia começaram a ser fortemente criticadas, e de outro, surgiram novos movimentos, tais como o ecológico, o feminino, o entendimento da democracia como um processo radical de transformação, entre outros.

não levaria ao socialismo, a esquerda tomou consciência de sua crise. Os partidos social-democratas que chegaram ao poder, nesse contexto, compreenderam que o desafio fundamental no plano da política econômica estava em administrar o capitalismo de forma “mais competente do que os capitalistas”. E que, resultava daí a adoção de políticas macro econômicas modernas, “autenticamente keynesiana e não keynesiana espúria, populista, como fizera a velha esquerda.” (PEREIRA, 1990, p. 44).

Bresser Pereira frisa que todas essas novas idéias e tendências se incorporaram à nova esquerda, a consequência foi o surgimento de uma esquerda moderna, em oposição à “esquerda arcaica”, que era a esquerda latino americana dos anos 1950. E que, “no Brasil o PSDB é o partido político novo, fundado em 1988, que procura formular um novo diagnóstico e propor uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil.” (PEREIRA, 1990, p. 40).

Ressalta que a “velha esquerda” continuou a existir nos partidos políticos e nas mentes de muitos que se pretendem de esquerda e também nos de direita que identificam a esquerda com a esquerda arcaica. E, essa esquerda não compreende que a estratégia mudou. Salienta que,

a nova esquerda afirma o valor transformador da democracia, estabelece como objetivo fundamental uma distribuição de renda justa, está pronta para arriscar a ordem em nome da democracia e da justiça social, afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na produção da ciência e da tecnologia, propõe a adoção de novas formas participativas de trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar melhor o capitalismo que os capitalistas. A nova esquerda sabe que a social-democracia não é resposta para todos os problemas do mundo e da própria esquerda, mas está convicta que através do desenvolvimento de um capitalismo social-democrata será possível um dia chegar ao socialismo democrático. (PEREIRA, 1990, p. 45).

Esse debate sobre uma “nova esquerda” ocorreu no momento de crise dos regimes chamados de comunistas na região do Leste europeu. Buscavam uma definição que desvinculassem da esquerda tradicional, ou “esquerda arcaica”, como eles denominavam a esquerda atrelada a esses regimes em crise. Essa chamada “nova esquerda” não destaca mais o conflito de classe, porque não era mais a preocupação desse grupo, que tem agora a preocupação com os limites da capital. Assim, diante da

crise do socialismo real, esse debate sobre a nova esquerda era uma constante, e os fundadores do partido, aproveitando esse contexto, tentaram construir uma imagem de uma “nova esquerda”.

Referências:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e renovação da esquerda na América Latina. In: DAVID, Maurício Dias. *Social democracia hoje*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1990. (Série Cadernos da social democracia.) (Também publicado na *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 21, 1990).

_____. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 39, 1997.

_____; Grau, C. *O Público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____; MARAVALL, J. M. ; PRZEWORSKI. Reformas econômicas em democracias recentes: uma abordagem social-democrática. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.36, n.2, p. 171-207, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Perspectivas da social-democracia na América Latina (vista do ângulo do Brasil). In: DAVID, M. D. *Social democracia hoje*. Brasília: Fundação Teotônio Vilela, 1990. (série Cadernos da social democracia).

CARDOSO, Fernando Henrique, entrevista ao *Jornal do Brasil*, 28/11/1987.

CARRILLO, Santiago. *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

DAVID, Maurício Dias. *Social democracia hoje*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1990. (Série Cadernos da social democracia).

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas. O legado da economia política clássica”. *Revista Lua Nova*, n. 24, set., 1991.

_____. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. *Revista Lua Nova*, n 35, set., 1995.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo, Contraponto, 2007.

FURTADO, Olavo Henrique. *Trajeto e perspectiva social-democráticas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 1996. (mimeo).

GENAIO, Poméia. A ascensão do Partido da Social Democracia Brasileira e a construção de uma nova hegemonia (1988-1998). Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. (mimeo).

JAGUARIBE, Hélio. A social-democracia e as condições da América Latina e do Brasil. In: DAVID, Maurício Dias. *Social democracia hoje*, que abre a série Cadernos da social democracia. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1990.

_____ *et al.* A identidade social-democrática do PSDB. In: DAVID, M. *Social democracia hoje*, que abre a série Cadernos da social democracia. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1990.

JAGUARIBE, Hélio, entrevista ao jornal *O Globo*, em 25/11/1987

MANIN, Bernard. Démocratie, pluralisme, libéralisme. In: BERGOUNIOUX, Alain; MANIN, B. *Le régime social-démocrate*. Paris: PressesUniversitaires de France, 1989.

POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

REIS, Guilherme Simões. Redefinindo a base teórica para o estudo dos partidos social-democratas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 321-339, maio-ago. 2012.

